



## Gushiken nega ingerência em publicidade do BB

O ex-ministro Luiz Gushiken divulgou nota para apresentar sua posição quanto à decisão do Supremo Tribunal Federal de aceitar nesta sexta-feira (24/8) denúncia contra ele por crime de peculado durante o julgamento do mensalão.

O ex-dirigente petista disse que nunca autorizou “qualquer desmando na gestão das verbas destinadas pelo Banco do Brasil ao Fundo Visanet”. Segundo Gushiken, ele não teria poder legal, como chefe da Secom, para fiscalizar a gestão das verbas, que competiam ao Banco do Brasil, Tribunal de Contas da União e Ministério Público.

Lembrou ainda que move processo por danos morais contra o ex-diretor de Marketing do BB, Henrique Pizzolato, pelas declarações feitas na CMPI dos Correios. O ex-ministro citou passagem do relator Joaquim Barbosa que o absolviria se tivesse que decidir sobre o processo hoje.

“Continuo confiando firmemente na Justiça e em minha absolvição, pois vi, no julgamento de hoje, que há homens que não se atemorizam em fazer valer a verdadeira Justiça, sem paixões ideológicas e com a devida impessoalidade”, assinou Gushiken.

### Nota à imprensa

Quanto à decisão tomada, na data de hoje, por maioria de votos, pelo STF, que recebe a denúncia feita pela Procuradoria da República, manifesto-me da seguinte forma:

- o Ministro Relator do Processo foi claro que, se estivesse, na data de hoje, decidindo o processo, teria me absolvido;
- quatro Ministros revisaram o voto do Relator, para dizer que não havia nem ao menos um indício confiável que apontasse a necessidade de abertura do processo para prolongamento das investigações contra minha conduta;
- que o senhor Henrique Pizzolato, autor das declarações que convenceram parte da Corte Suprema a votar pela abertura do processo, mentiu perante a CPMI quando se referiu à minha conduta, ainda que o tenha feito de maneira oblíqua e pouco clara;
- que, atualmente, movo processo contra o Sr. Henrique Pizzolato por essas declarações, pleiteando dele a devida recomposição moral, em face de todos os desdobramentos a mim prejudiciais que as absurdas declarações dele me causaram;
- que nunca autorizei ou participei de qualquer desmando na gestão das verbas destinadas pelo Banco do Brasil ao Fundo Visanet;
- que, respondendo à época pela função de Ministro da Secom, não tinha poder legal ou mesmo condições materiais para fiscalizar a gestão dessas verbas, o que competia exclusivamente aos órgãos de



---

controle interno do próprio Banco do Brasil e, em sede externa, ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público;

– que sempre estive e continuo com minha consciência tranqüila: não participei de esquemas ou quadrilhas, não favoreci o desvio de recursos públicos e não descuidei de minhas obrigações legais;

– que continuo confiando firmemente na Justiça e em minha absolvição, pois vi, no julgamento de hoje, que há homens que não se atemorizam em fazer valer a verdadeira Justiça, sem paixões ideológicas e com a devida impessoalidade.

São Paulo, 24 de agosto de 2007.

Luiz Gushiken

(Nota distribuída pela Assessoria de Imprensa do Escritório Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques Advocacia)

**Date Created**

24/08/2007